



ISSN 1984-5634

“MEU BOI MORREU, O QUE SERÁ DE MIM?”: (RE)PENSANDO O IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO EM TORNO DO ESPAÇO E POVO PIAUIENSE DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DO EXERCÍCIO PEDAGÓGICO

“Meu boi morreu, o que será de mim?”: *(re)thinking the imaginary built around the space and people of Piauí in the 19th century through the pedagogical exercise*

IAGO TALLYS SILVA LUZ¹

RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS²

RESUMO

O presente estudo faz reflexões históricas sobre o imaginário construído em torno do espaço e povo piauiense do século XIX, através de um exercício pedagógico. O mesmo nasce da provocação posta por um professor ao apresentar uma fonte literária que circulava pela universidade, intitulada: *Piauí, orgulho de sua história 2!*. Neste exercício, instigou o senso crítico da turma a proposição de uma escrita que a analisasse criticamente através da historiografia piauiense. Nesse ínterim, o estudo, cujo produto será aqui apresentado, foi balizado sob dois nortes: um presente na leitura à contrapelo da fonte, de inserção e ampliação dos saberes do leitor sobre a história do Piauí, e outro que remonta a questões hodiernas e à inventividade docente que, através do seu exercício, instiga a formação de sujeitos ativos e críticos perante um mundo apinhado de discursos deslocados de um arcabouço histórico. Neste intento, a ideia de “identidade (in)desejada” constitui-se como o grande articulador das discussões.

PALAVRAS-CHAVE: história; identidade; espaço piauiense.

ABSTRACT

This study makes historical reflections on the imaginary built around the space and the people of Piauí in the 19th century through a pedagogical exercise. It's origin comes from a provocation posed by a professor when presenting a literary source that circulated around the university, entitled: *Piauí, orgulho de sua história 2!*. In this exercise, the group's critical sense was instigated by proposing a writing that would critically analyze it through Piauí historiography. In the meantime, the study was based on two directions: one present in the reading against the grain of the source, of insertion and expansion of the reader's knowledge about the history of Piauí, and another that goes back to today's issues, while it is also the result of inventiveness teaching, which through its exercise instigates the formation of active and critical subjects towards a crowded world of discourses displaced from a historical framework. In this attempt, the idea of “(un)desired identity” constitutes the great articulator of the discussions.

KEYWORDS: history; identity; piauiense space.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 04/10/2022

ACEITO: 03/04/2023

COMO CITAR:

LUZ, I.; SANTOS, R. dos.
“Meu boi morreu, o que será de mim?”: (re)pensando o imaginário construído em torno do espaço e povo piauiense do século XIX através do exercício pedagógico. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 247-262, jun.-set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9929058628313070>. Integrante do grupo de pesquisa: “História, Cultura e Subjetividades” (UFPI/DGP/CNPq). Orcid: 0000-0002-5778-4307. E-mail: iagotallys1999@gmail.com

² Pós-Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao curso de História. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2601930825128474>. Orcid: 0000-0003-3897-1235. E-mail: raimundolima2011@ufpi.edu.br.

Esta produção se desenvolve sob a premissa de se formular uma imagem acerca do espaço piauiense, especialmente figurado na segunda metade do século XIX. Tal empreitada se mostrará pautada na análise de uma fonte em especial, de autoria desconhecida até o momento de escrita, mas que como nos lembra Eni P. Orlandi: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (2005, p. 17). Nesse sentido, propomos neste trabalho uma leitura a contrapelo da obra intitulada “*Piauí, orgulho de sua história 2ª*” (2020), que será cruzada, ante suas temáticas e seu discurso, com obras de sujeitos que se voltam a pensar o mesmo espaço e temporalidade, tais como: Alcebiades Costa Filho (2006), Solimar Oliveira Lima (2005), Cleane Maria Alves Rocha (2011), Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016), Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2019), João Carlos de Freitas Borges e Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (2013) e Andreia Rodrigues de Andrade (2016).

Aqui, cabe falarmos sobre a nossa fonte basilar, “*Piauí, orgulho de sua história 2ª*” e a própria conformação deste estudo. Ela se trata de uma narrativa criada no ano de 2020, que tomou as redes sociais dos alunos da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Frente a sua circulação, o professor da disciplina de História do Piauí II, na época cadeira obrigatória no curso de Licenciatura em História da UFPI, propôs a análise crítica do conteúdo de tal narrativa sobre a história piauiense como objeto de avaliação. Nesta, o desafio consistia em montar uma escrita, em forma de artigo, de modo a entrecruzar o discurso da fonte citada com estudos sobre a história piauiense. Assim sendo, por mais que o alunado desconfiasse do professor a respeito da autoria do texto, também levado a debate por outros professores do curso em geral (especialmente através de redes sociais e conversas nos corredores), no momento de redação deste estudo ainda não se tem informações precisas sobre o autor ou sobre suas motivações pessoais para empreender a escrita do mesmo.

Por conseguinte, o presente artigo é pautado efetivamente no produto de tal iniciativa, uma vez realizada a apropriação da fonte através da disciplina supracitada, na qual o corpo do texto é baseado na escrita de um desses alunos da graduação, também autor do presente estudo. Estudo este que promove a sua releitura fundamentada em uma análise historiográfica que toma como premissa uma ideia de “identidade (in)desejada” sobre a história piauiense. Portanto, devemos entender a presente proposta de análise sobre duas perspectivas: a primeira é vinculada essencialmente ao conteúdo textual, e promove a inserção ou ampliação dos saberes do leitor acerca da própria história e historiografia piauiense, orientado por um entendimento do que é a identidade piauiense. Sob outro plano, deve-se entender a sua escrita como produto de uma iniciativa pedagógica, que não apenas ressalta de forma intrínseca a releitura da história ou de um imaginário acerca do espaço piauiense, mas configura-se também como um intento balizado em questões hodiernas, especialmente quando pensamos na explosão das *fake news* e de discursos desprovidos de comprovação, mas dotados de um poder de convencimento e cooptação de sujeitos sob seus

estandartes temáticos ou ideológicos. Nesse ínterim, o estudo se conforma como exemplo de uma atividade pedagógica que move um debate e de uma escrita crítica, resultando, assim, em um alargamento e desenvolvimento da formação de cidadãos ativos e questionadores.

CAMINHANDO PELO ESPAÇO PIAUIENSE NO SÉCULO XIX: ENTRE IMAGINÁRIOS UFANISTAS E DESCONSTRUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Nessa perspectiva, podemos então voltar-nos de maneira efetiva a nossa fonte primordial. Esta, como é perceptível desde o seu enunciado, move-se em torno de um discurso ufanista, orgulhoso de uma versão própria da história piauiense, dos seus dados viventes, do seu povo e suas práticas. De modo geral, tal escrita, em torno deste sentimento de orgulho, exalta certas posições e posturas acerca de temáticas tais como: o que seria a própria identidade do piauiense, suas relações de trabalho e mobilidade social, a economia em si e a conclamada “coragem do seu povo” ante à imanente presença da morte. Desse modo, o texto constrói um imaginário, uma imagem por assim dizer, acerca da história, do povo e do espaço piauiense, sob as quais incorreremos em nossas reflexões. Cabe conhecê-la em sua inteireza para, em seguida, esmiuçarmos os múltiplos sentidos que compõem suas partes.

Piauí, orgulho de sua história 2!

No Piauí, é feliz quem vive aqui! Temos um povo forte, revolucionário, que nunca se dobrou aos desmandos de homens de letras, das batinas ou das casas grandes. Desde o oitocentos, a robustez dessa gente está no braço forte dos trabalhadores da nação, que podiam ascender de vaqueiros a fazendeiros, com o benefício da quarta, libertando-se facilmente de qualquer grilhão; nas mãos calejadas dos agricultores brancos livres que vendiam seus produtos para todo o país; no aboio dos vaqueiros que produziam um gado de qualidade sem comparação; está no punho cerrado dos voluntários da pátria que não mediram esforços para lutar contra o opressor Paraguai. Nessa ação patriótica até as mulheres seguiram para o front, levantando bandeiras feministas e empunhando armas para defender os filhos dessa terra querida. Até mesmo uma matutinha de Jaicós travestida ora de Maria ora de Eva deu sua vida pelo país. Isso mesmo, o povo piauiense nunca temeu a morte, muito menos doenças ou as armas do inimigo. É um povo unido, que nunca se polarizou em tendências liberais ou conservadoras. Confesso que existiam alguns homens brancos, pobres, livres que eram preguiçosos, que prefeririam mendigar ou cometer delitos a ter que trabalhar nos campos, mas isso era exceção. A força dos filhos do sol do equador está também nos seus registros literários, dos nossos grandes feitos e dos nossos heróis. A nação conheceu nossa gente por meio desses registros que mostravam e exaltavam nossas qualidades naturais, sociais e culturais. Portanto, alegre-te piauiense, tua história, conhecida nacionalmente, reflete quem tu és. (PIAÚÍ..., 2020).

Como é perceptível, a ideia de *identidade* será o grande articulador das nossas reflexões, tanto em função do primeiro objetivo desta escrita, de construir ou repensar uma imagem sobre tal espaço e seus viventes, como também ante a construção narrativa da própria fonte principal, que assim como supracitado, move-se em uma ideia de defesa/exaltação de uma versão, do que poderíamos dizer, “para se orgulhar” da história piauiense. Em função de tal primazia, nos aliamos aos pensamentos de João Carlos de Freitas Borges e Idelmar Gomes Cavalcante Júnior em seu texto *Construindo uma identidade indesejada: a cultura letrada e o malogro piauiense* (2013), um grande

anteparo frente as discussões acerca da *identidade* e, nesse caso, especialmente piauiense. Nessa obra em questão, os autores se apropriam das ideias de Stuart Hall (2005, p. 50 apud BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 114) como principal suporte teórico em função de seu pensamento sobre *identidade*, compreendendo, em síntese, a mesma enquanto elemento construído historicamente em uma espécie de “rede de negociações mútuas” entre sujeitos e os discursos.

Nessa pegada, nossos autores dialogam sobre a ideia de *identidade construída* perante o conceito de *realidade discursiva*, tomando por base as ideias de Michel Foucault (2007 apud BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 114) e entendendo assim que a identidade seria forjada em meio essencialmente a um jogo de discursos, sob o qual concorreriam um “discurso de si e o discurso do outro”. Isso ganha efeito prático na obra quando aliado à ideia de *economia escriturística* de Michel de Certeau (1994, p. 222 apud BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 116), sob o vislumbre de que, ante a identidade piauiense, competem imagens que reverberam o que os autores chamam de uma “identidade indesejada”. Relacionam-se, assim, a conformação de uma imagem pública marcada por relatos, queixas e notícias acerca dos problemas de tal província na época e uma espécie de ufanismo exacerbado, especialmente dado ao hodierno, como forma de transformação de um malogro na conformação de um sentimento de pertencimento e solidariedade de seus sujeitos (BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 113).

Isso é interessante às reflexões aqui propostas, ao passo que a fonte base, em passagens como “No Piauí, é feliz quem vive aqui! Temos um povo forte, revolucionário, que nunca se dobrou aos desmandos de homens de letras, das batinas ou das casas grandes” (PIAUÍ..., 2020), deixa transparecer um ideal de “caminhar junto” em direção a tal projeto de reconfiguração da *identidade atribuída*, indesejada e socialmente solidificada acerca dos piauienses. Podemos compreender isso de forma mais ampla acompanhando e discutindo certos trechos que, tal como antevisto, revelam “a ideologia do sujeito”, retornando ao referido por Eni P. Orlandi (2005, p. 17). Seguindo tal perspectiva, podemos entrecortar o seguinte fragmento do nosso objeto de estudo:

Desde o oitocentos, a robustez dessa gente está no braço forte dos trabalhadores da nação, que podiam ascender de vaqueiros a fazendeiros, com o benefício da quarta, libertando-se facilmente de qualquer grilhão; nas mãos calejadas dos agricultores brancos livres que vendiam seus produtos para todo o país; no aboio dos vaqueiros que produziam um gado de qualidade sem comparação; (...). (PIAUÍ..., 2020).

Aqui temos um recorte temporal relativamente definido com o dado “desde o oitocentos”, e, em seguida, encontramos uma exaltação à “robustez dessa gente” que encontraria amparo “no braço forte dos trabalhadores”, sob a qual podemos recordar a própria ideiação de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011). O autor compreenderia em discursos como este, figurados especialmente neste período entre o final do século XIX e o início do seguinte, a emersão de uma ideia de “Nordeste”, ou melhor, de “invenção desse Nordeste”. Afinal, para ele, a região e imagem hoje cristalizada sobre o Nordeste seria uma construção recente, pautada entre fins do século XIX

e especialmente no início do XX, na qual diante de um enunciado sobre a seca, o saudosismo da elite diante das transformações modernas e a perda de influência para o eixo centro-sul do país, observa-se uma premissa que procura criar um cânone do que seria a cultura popular dos viventes nortistas, que se transformaria também em um elo de conformação de uma identidade nordestina (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 261).

Dois exemplos dessa perspectiva de invenção e delimitação de uma cultura popular nordestina seriam as imagens de Nordeste elaboradas por Ariano Suassuna e pelo próprio Gilberto Freyre. Segundo Fábio Brito, tais nomes seriam exemplos de sujeitos que padecem de uma síndrome de “resgate”:

Esses sujeitos, em larga medida memorialistas da cultura, voltam seus esforços para buscar patrimonializá-la, estandarizá-la, torná-la um organismo ‘vivo’, mesmo que, em sua prática, enquanto significado aos sujeitos na qual ela esteve inserida, já esteja morta. Trata-se, para eles, de uma necessidade insistente de evidenciar a beleza do morto, forjando-lhe uma sobrevida, ainda que saiba sê-la fugaz. Ao historiador, ao contrário, cabe o esforço de despatrimonializar a cultura popular, desdobrar e revolver o morto, mas sem, no entanto, tentar dar-lhe vida. Não cabe resgatar o que já foi dado aos mortos, mas sim abri-lhe as vísceras, observar do que ela foi feita. (BRITO, 2020, p. 108).

Assim, em função de um exercício de “evidenciar a beleza do morto”, de “forjar-lhe uma sobrevida” ainda que efêmera, tais sujeitos projetam uma imagem da cultura popular nordestina balizada, de forma sintetizada, sob dois eixos. Um primeiro na qual evidencia-se um discurso de seca figurada pelo cenário sertanejo, presentificada na obra de Suassuna (1999), especialmente pela imagem de Taperoá, uma espécie de representação universal das cidades sertanejas. E, como segundo norte representativo, vemos com Freyre uma imagem saudosa de um tempo de glórias do açúcar, de um Nordeste, especialmente em seu litoral, de negras gordas e grandes riquezas; em suas próprias palavras, “as terras de massapê foram no Brasil as terras por excelência das boas maneiras e dos gestos suaves, onde através do século XIX os homens cresceram mamando em negras gordas, mulheres de uma grande doçura, e tomando chá desde muito pequenos” (FREYRE, 2004, p. 53). Estão, dessa maneira, amparados em valores semelhantes de exaltação daquilo que viria a ser o espaço de *reserva da virilidade nacional*, representada assim por mitos como o vaqueiro e o retirante, que seriam, nas palavras de Euclides da Cunha, “antes de tudo, um forte” (2003, p. 91). Durval de Albuquerque Júnior nos atenta para a construção de uma identidade nordestina pautada na cristalização de discursos que exaltem as relações de sociabilidade figuradas no período colonial e papéis de gênero bem definidos sob modelos como o de “homem macho”. Nas palavras do próprio autor,

O nordestino seria macho pela própria história da região, que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes, dos mais valentes e corajosos. Nesta descrição do nordestino, percebemos que, embora os intelectuais que elaboravam este tipo regional estivessem ligados às elites, é no homem das camadas populares, principalmente do campo e do sertão, que se vai buscar um modelo típico de masculinidade para ser generalizado para todo ser regional. Os homens

das elites decadentes, moles e impotentes, das novas elites burguesas, homens delicados e de punhos de renda, ou mesmo o morador pobre da cidade, efeminado por uma vida sem exercícios físicos duros, por uma vida que não era rústica, não serviam como modelo para este novo homem que se pretendia criar, capaz de significar uma resistência viril contra esta cultura moderna e delicada, que ameaçava descaracterizar a região e submetê-la definitivamente às outras áreas do país. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 185).

Dessa forma, através dos discursos e ideações vistas até aqui, podemos concluir que, “assim como o rio que inventa seu curso”, a História inventa seus sujeitos e ela também é fabricada por estes, ao passo que a “realidade” seria em si uma “paisagem negociada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 29). Neste ponto cabe ainda uma maior atenção, haja visto que a ideia de *invenção* trabalhada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos é cara a esta produção, pois nossa escrita toma (ou parte de) uma ideia de *espaço* enquanto fruto, enquanto uma produção discursiva imersa na trama de relações de poder-reconhecimento-semelhanças. Nesse sentido, o mesmo pontua a invenção do espaço nordestino, no qual “O espaço é um cenário onde os homens projetam os seus desejos, as suas aspirações, as suas vontades, o seu poder e as suas ambições. A região é uma produção de seus personagens. Ela não se separa das diferentes visões que estes fazem dela.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 265).

O espaço aparece, assim, como uma invenção pautada em um jogo de simbologias, objetivos e interesses, o que se assemelha ao nosso entendimento ao passo que vemos em nossa fonte os traços desse processo de “invenção de uma identidade desejada” (BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 113) – identidade aqui entendida enquanto um processo de construção histórica do e para o espaço e o povo piauiense. Logo, quando tratamos aqui da produção discursiva sobre a história e os meandros de problemas e discussões sobre uma identidade piauiense, estamos tratando do, ou performando no, mesmo processo de invenção de um espaço.

Guardadas as ressalvas ante às noções das ideias de *identidade* e *espaço* aqui em voga, podemos retornar à análise da documento basilar do nosso estudo, reconhecendo outro ponto a se atentar: a referência a uma suposta mobilidade social de trabalhadores em tal período e a uma economia integrada, visto que “vendiam seus produtos para todo o país” (PIAUÍ..., 2020), tendo a criação de gado como principal produto e “de qualidade sem comparação” (PIAUÍ..., 2020). Nesse ponto, podemos recorrer de modo especial às ideias de Alcebiades Costa Filho (2006) e Solimar Oliveira Lima (2005), que nos ajudam a concluir que, de fato, a venda do gado e seus derivados mostrou-se o principal “motor” da economia piauiense no século XIX. Todavia, como bem destaca Alcebiades Costa Filho,

Na segunda metade do século XIX, a economia [piauiense] encontrava-se em situação difícil. A pecuária sofria a concorrência de outros mercados produtores onde o gado era de melhor qualidade. A agricultura de subsistência predominava, posto que o incremento do cultivo de produtos como o algodão e borracha dependiam da procura do mercado externo, nem sempre aberto a novos centros produtores e especialmente àqueles menos aparelhados para o engajamento na ordem econômica mundial, como foi o caso do Piauí. (2006, p. 27)

Ao observar a passagem acima, podemos compreender que a economia piauiense se encontrava “sob maus bocados”, em vias de estagnação ante as formas de produção de seus bens comercializáveis e a superação destes em nível de qualidade, acabando por “mergulhar” a província em uma condição de crise generalizada, em oposição a ideia posta no texto base. Nesse sentido, autores como Costa Filho desnudam a premissa ufanista indicada nesta, revelando em si uma imagem oposta que constrói um discurso de atraso da província, ao passo que, além do declínio da atividade da pecuária, esta ainda vigorava sob os mesmos moldes, ou quase os mesmos, do período colonial na qual se implementa a atividade em tal espaço.

Nesse ínterim, atentamos para uma invisibilização na fonte de problemas sociais e econômicos que advém da falência da cultura do gado na região piauiense. Ponto que aparece no título do nosso estudo através da pergunta “meu boi morreu, o que será de mim?”, inspirada na cantiga popular de mesmo nome (NEVES; BAHIANO, 1916) e que sintetiza a estagnação histórica do espaço piauiense sob diversas formas e elementos. O caso em questão, figurado em torno da cultura do gado, traço marcante da cultura local até hoje, funciona como estandarte do nosso intento de leitura a contrapelo, exaltando assim os perigos de uma interpretação deslocada de um arcabouço historiográfico efetivo.

Ainda sobre a atividade, nosso documento evoca a chamada “quarta do gado” como lastro para a libertação de qualquer “grilhão” e subserviência, transformando assim, “facilmente”, um vaqueiro em “senhor”, em fazendeiro (PIAUÍ..., 2020). Inicialmente, cabe compreendermos mais a fundo o que seria em si tal benefício, onde “repousaria a possibilidade de liberdade” na província piauiense (PIAUÍ..., 2020). Para tanto, podemos recorrer a descrição de Solimar Oliveira Lima, para quem

As fontes não deixam margem a dúvidas: os trabalhadores escravizados recebiam parte da produção de gado. Documentos do período do Fisco revelam que essa prática remonta à gestão dos padres inicianos, que teriam instituído no criatório uma parceria de trabalho em que os afro-descendentes recebiam uma cria a cada quatro crias contadas anualmente. (LIMA, 2005, p. 115).

O autor, como visto no fragmento, confirma a prática do referido benefício, mas o restringe a vaqueiros vinculados às Fazendas do Real Fisco. Esse sistema possibilitaria tal mobilidade, segundo Solimar Oliveira Lima, apenas aos trabalhadores livres, que assim teriam a possibilidade de real acúmulo de animais para a tentativa futura de transformar-se, eles próprios, em fazendeiros. O que fica à margem de tal discurso, exaltado em nossa fonte, seria a questão dos vaqueiros que eram escravizados. Para estes, Solimar Oliveira Lima aponta que tal direito, quando não negligenciado, serviria apenas enquanto “forma de controle psicológico”:

Não há referências nas fontes manuseadas, repito, sobre os procedimentos da partilha dos animais. Contudo, os documentos indicam que a concessão do benefício [da “quarta”, aos

escravos vaqueiros] não assegurava pleno direito de propriedade sobre os bens. Embora os beneficiados pudessem usar e dispor dos bens como lhes conviesse, enfrentavam sérias restrições de direito quando tentavam reaver animais apropriados injustamente pelos administradores, ou quando os bens passavam à condição de espólio. (LIMA, 2005, p. 120).

Desse modo, apesar de ser uma perspectiva de ascensão a uma parcela já livre da população, essa não seria em si uma possibilidade efetiva, real, de se alcançar uma libertação para os trabalhadores escravizados das Fazendas da Nação. Pelo contrário, agiria muito mais como uma forma de apaziguar e domesticar os indivíduos ante os processos de resistência à sua condição de “jugo”.

Para encerrarmos a análise sobre tal trecho, cabe destacarmos o segmento: “[...] a robustez dessa gente está [...] nas mãos calejadas dos agricultores brancos livres” (PIAUÍ..., 2020). Neste ponto, encontramos nova incongruência, ao passo que propomos o diálogo entre as ideias de Solimar Oliveira Lima (2005), sob a qual vínhamos trabalhando, e os apontamentos de Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016). Pensando sob moldes de tal aproximação, podemos aferir situações como a desvalorização do trabalho braçal, especialmente sob o âmbito moral, marcadamente frequente no período colonial e que atravessa o plano de hierarquização social ainda em voga no século XIX; este ponto é lembrado também por Lilia Moritz Schawrcz, quando diz que: “O que definia a nobreza no Brasil era o que ela *não* fazia: dedicar-se ao trabalho braçal, [...]”. Data da época, inclusive, um persistente preconceito, no país, contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade ‘inferior’, quando não ‘aviltante’” (2019, p. 44). Portanto, guardadas as ressalvas diante da ideia de nobreza em termos literais, para pensarmos em questões de distinções sociais que dotam atividades de dados valores morais, pode-se acompanhar uma incongruência entre a valoração destacada na fonte e certos valores sociais, de modo que se pode repensar o valor legado ao trabalho manual pelas classes mais abastadas.

Ou seja, em um cenário onde a escravidão ainda se fazia efetivamente presente, podemos pensar nas relações de hierarquização pautadas na pigmentação da pele e nas próprias relações de trabalho, de maneira que a dada “regra” de que quanto mais branco o sujeito possivelmente mais quisto será socialmente, se vê atravessada e deturpada pela posição de trabalho que ele ocupa. Ou, como explica Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016), fazendo referência aos escritos de Hebe Maria Mattos de Castro:

[...], a partir de 1850 a noção de “liberdade” deixa de ser emanada pela referência a “cor e a propriedade” de escravos, exatamente por causa da extinção do tráfico atlântico, do aumento do preço do cativo e do recrudescimento de brancos pobres que se somavam aos não brancos livres e pobres, o que ajudou no crescimento demográfico de negros, mestiços, livres e libertos. Nesse sentido, a historiadora percebe que nos dados analisados desaparecem os significados da cor “branca” como elemento definidor da condição social. Por exemplo, nos documentos relativos aos processos cíveis e criminais que designavam os réus e as testemunhas pela “cor” sempre apontavam os escravos pela denominação de si ocuparem de “serviço”, pois estes “servem [viam]” a alguém, caracterizando-o como elemento servil, pelo desenvolvimento de seu trabalho; os livres começaram a aparecer com denominações em que diziam: “vivem de” algo e não do seu “trabalho”, porque essa

designação afastava-os do escravo, por terem rendas próprias e serem autônomos em seus negócios. (1995, p. 101-111 apud MONTEIRO, 2016, p. 118).

Nesse ínterim, conseguimos atentar para a ideia de que mesmo partilhando de um elemento de distinção de classe, por conta de sua cor de pele, tais sujeitos brancos teriam de se afastar de qualquer modo dos trabalhos manuais. Ou, como o texto anônimo bem versa sobre tal cenário: “confesso que existiam alguns homens brancos, pobres, livres que eram preguiçosos, que prefeririam mendigar ou cometer delitos a ter que trabalhar nos campos” (PIAUÍ..., 2020). Isso provavelmente aconteceria porque, se tivessem “suas mãos calejadas” como diria a mesma, se figurassem em tais serviços considerados desonrosos, vistos como “trabalhos de escravos”, perderiam seu prestígio. Ou, em paráfrase à música de Caetano Veloso e Gilberto Gil (1993), “são brancos, quase pretos, ou quase brancos, quase pretos de tão pobres e pobres são como podres”.

Dando seguimento a leitura a contrapelo, podemos atentar a outro fragmento da fonte:

[...] a robustez dessa gente [...] está no punho cerrado dos voluntários da pátria que não mediram esforços para lutar contra o opressor Paraguai. Nessa ação patriótica até as mulheres seguiram para o front, levantando bandeiras feministas e empunhando armas para defender os filhos dessa terra querida. Até mesmo uma matutinha de Jaicós travestida ora de Maria ora de Eva deu sua vida pelo país (PIAUÍ..., 2020).

Frente a tal passagem, nos encontramos ainda na esteira de discussões que envolvem o cenário escravista, elucidado aqui por Solimar Oliveira Lima (2005), dada a referência aos voluntários da pátria. Tal relação se faz presente no sentido de que compreendemos o evento político-militar da Guerra do Paraguai (1864-1870) como um episódio que aglutina “seres humanos de segunda classe” (HOBBSAWM, 1988, p. 282 apud ROCHA, 2011, p. 12). Nessa esteira, estaria no *front* da guerra um corpo militar constituído essencialmente por sujeitos dados à margem, na condição de escória da sociedade e, como é de se pensar, grande parte destes seriam escravizados, enviados dos mais longínquos espaços da nação, na qual, como aponta Solimar Oliveira Lima (2005, p. 125), a província do Piauí não fugiria à regra. Nas palavras da autora Cleane Rocha, tais indivíduos que compunham o corpo militar brasileiro eram

Adversários políticos e inimigos pessoais de figuras importantes nos cenários locais [que] eram coagidos a alistarem-se como “voluntários”. Também estavam presentes muitos negros libertos e escravos posteriormente intitulados “voluntários a pau e corda”, pelos republicanos. Sem falar no recrutamento forçado de criminosos não condenados, forasteiros, viajantes, homens que não conviviam com suas esposas ou que tivessem deflorado mulheres jovens sem o devido casamento, (...) (ROCHA, 2011, p. 25-26).

Sobre estes “voluntários a pau e corda”, temos de olhar para duas situações envolvidas nesta condição: em primeiro lugar, muitos sujeitos eram movidos pelos instrumentos de sedução e controle psicológico, assim como ocorria na “quarta do gado”, que diziam respeito a promessas de alforria e liberdade após o cumprimento do serviço militar, por exemplo. Por outro lado, existiam maneiras tanto legais quanto informais para livrar-se do alistamento compulsório. As classes mais

baixas, para fugir da “pega”, poderiam casar-se ou fugir para as matas, enquanto os integrantes de posses significativas, além do matrimônio, poderiam substituir o seu alistamento pelo envio de escravizados como seus representantes nas batalhas (ROCHA, 2011, p. 25-26 e 70).

O fragmento fala ainda na participação de mulheres no campo de batalha da Guerra do Paraguai. Como vimos anteriormente, em relação ao pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, 2011 e 2013b), a ideia de “Nordeste” que seria construída em função de finais do século XIX e início do XX tomaria por base elementos do que chamamos de “espaço de reserva da virilidade nacional”, havendo assim uma valoração efetiva daqueles que seriam os traços característicos do gênero masculino, seguindo a ideiação do “homem macho”. Esse princípio se mostra interessante ao pensarmos, por exemplo, sobre a trajetória da referida “matutinha de Jaicós”, a cearense/piauiense Jovita Alves Feitosa, e sua influência nas histórias piauiense e nacional. Neste ponto, nos amparamos ainda mais na obra de Cleane Rocha, ao passo que se volta a refletir acerca do percurso e influência de tal personagem na história, não só piauiense, mas nacionalmente. A trajetória de Jovita Feitosa, nos permitiu compreender que

Todas as funções atribuídas ao sexo feminino [na segunda metade do século XIX] deveriam ser executadas no espaço doméstico, dentro de casa. O mundo além desses estreitos limites era reservado à exploração masculina, ou pelo menos essa era a pretensão das convenções sociais estabelecidas. Obviamente que essa reserva era frequentemente desrespeitada, violada por mulheres determinadas a se aventurar em território inimigo, a romper com as barreiras da descrição e do recato que lhes eram exigidos. Jovita Alves Feitosa é uma dessas mulheres. Ao alistar-se como voluntária do Exército Imperial para a Guerra contra o Paraguai, na condição de soldado, infringiu todos os códigos de postura e de divisão sexual dos papéis, inscrevendo-se na história da guerra, do patriotismo e da subversão da hegemonia masculina (ROCHA, 2011, p. 07).

Nesse sentido, Jovita Alves Feitosa aparece como uma mulher que, diante das mais variadas pressões, dificuldades e desilusões, consegue galgar uma projeção, ou melhor, passa a ter o direito de “puxar uma cadeira e sentar-se ao lado” de figuras como Maria Quitéria e Anita Garibaldi no palco de grandes símbolos femininos de resistência, patriotismo e coragem (ROCHA, 2011, p. 58). Tornando-se um símbolo de coragem patriótica, sua imagem passa a ser utilizada pelo Governo da época como forma de propaganda, ao passo que incide diretamente sobre a virilidade do sertanejo nortista, destacada tanto no pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013b, p. 185), quanto nas palavras da autora:

A despersonificação de nossa heroína deve ter funcionado ainda como modo de vexar aqueles que apesar de considerados aptos ao serviço militar, usavam de diversos artifícios para evitá-lo. Homens que se embrenhavam nas matas para escapar ao recrutamento ou, nas classes mais elevadas, enviavam escravos em seu lugar. Bastava que tomassem conhecimento que uma jovem de apenas 17 anos se mostrava mais valente e destemida, lutando até mesmo contra a “fraqueza” atribuída ao seu sexo (ROCHA, 2011, p. 70).

Com isso, podemos compreender o destaque para duas imagens construídas sobre Jovita Feitosa na frase “matutinha de Jaicós travestida ora de Maria ora de Eva” (PIAÚÍ..., 2020). Recai sobre si, ora a imagem de ser “Eva”, o estigma do “pecado original” e do símbolo da corrupção aos

modelos pré-concebidos de comportamento, questionando os desígnios de gênero que figuram sobre o sexo feminino. Desígnios estes que encontram como símbolo máximo, por assim dizer, a figura da Virgem Maria como exemplificação de castidade, pureza, doçura e tantas outras características atribuídas sobre o signo de ser “mãe”, objetivo máximo do seu sexo nessa concepção. Assim, em síntese, “ora Eva, ora Maria”, Jovita Feitosa parece balançar-se entre as duas versões na história nacional, sem encontrar completude em nenhuma destas, pois tanto não se quis “ativista” nem “exemplo de pureza”; a heroína almejava nessa trajetória que a leva à fama e ao suicídio apenas “ser Jovita Alves Feitosa”, uma “mulher que lutou na guerra pelo seu país”, o que no sentido prático de confronto não se efetiva (PIAUÍ..., 2020). Compreendemos, enfim, que assim como os escravizados eram sujeitos de segunda classe e os brancos pobres quase pretos de tão pobres, também as mulheres seriam vítimas de um estigma de inferioridade.

Prosseguindo em nossa análise, destacamos, agora, o seguinte fragmento: “Isso mesmo, o povo piauiense nunca temeu a morte, muito menos doenças ou as armas do inimigo. É um povo unido, que nunca se polarizou em tendências liberais ou conservadoras” (PIAUÍ..., 2020). Tal passagem merece destaque em nossa escrita ao passo que transparece uma inconsistência ao ser cruzada com obras que se voltam a pensar sobre as temáticas que reverberam sobre o “medo e a morte”, como é caso do texto de Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2019). Através destas, podemos compreender uma outra perspectiva ante à realidade piauiense, conforme acompanhamos sua análise sobre as matérias de periódicos oficiais, como “*A Época*” e a “*A Imprensa*”, e assim vislumbramos uma disputa entre partidos políticos e, por conseguinte, interesses políticos divergentes. Na esteira de tal divisão, os próprios jornais também seriam dirigidos sob tais correntes políticas, sendo o primeiro ligado à linha conservadora e o seguinte à liberal (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2019. p. 96).

Nesse momento, nosso texto percebe a emersão de uma verdadeira “troca de gentilezas”, por assim dizer, em decorrência da compreensão e opiniões conflituosas dos jornais citados acima, acerca da possibilidade de entrada de doenças, enfermidades, especialmente representada através do medo da Cólera, através do litoral piauiense. Sobre tal debate, observa-se na obra que se materializam os desafetos em alfinetadas e provocações, em especial, advindas do lado conservador, com críticas às formas de atuação do Governo da província ante a possibilidade de um surto generalizado de Cólera na província (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2019. p. 96). Nessa perspectiva, já se torna um equívoco afirmar a inexistência de uma polarização entre liberais e conservadores no Piauí oitocentista como a referida em nossa fonte. Entretanto, o texto vai mais longe ao exaltar a coragem do povo dessa região, que “nunca temeu a morte, muito menos doenças”. Novamente, aqueles autores contrapõem esta fala:

Nesse sentido, a doença, aliás, a remota possibilidade de sua chegada novamente ao Piauí pelo Oceano Atlântico provoca o Medo. Medo não apenas de se tornar um enfermo, mas da consequência final que muitos que adquiriam o flagelo terminavam por ter: a Morte. Medo, Morte e Doença, então, manifestam-se na breve nota lançada pelo periódico “A Época” sobre o *cholera morbus*. (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2019. p. 83).

O medo e a morte se faziam presentes no Piauí ante ao rápido avanço da cólera, principalmente em cidades litorâneas, onde o transporte marítimo ainda era a principal forma de manter-se contato (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2019. p. 95). Este ponto é interessante uma vez que, como destaca Alcebiades Costa Filho, contribuíram para isso a estagnação das formas de produção da província do Piauí e seu atraso perante ao desenvolvimento que vivenciaram outras regiões devido à falta de investimentos em modernização e ao próprio isolamento da província (COSTA FILHO, 2006, p. 27). Para pensarmos mais a fundo sobre ideia de isolamento, podemos nos voltar à obra de Andreia Rodrigues de Andrade (2016). Ela aponta as dificuldades de comunicação da então capital Oeiras com os próprios municípios piauienses, bem como com cidades e capitais de outras localidades. Essa dificuldade se dava pelo fato de estar localizada no interior, sem contato com grandes rios, dependendo assim das estreitas, tortuosas e esburacadas estradas produzidas na própria passagem do gado. Tal isolamento acarretava não só na demora para ter contato com outras regiões, como também encarecia os produtos comercializados, tanto em sua venda quanto na compra. Desse modo, observamos em seu trabalho o processo de mudança da capital da província, dando origem ao que hoje é a cidade de Teresina, justamente na tentativa de extirpar tal isolamento através da via fluvial (ANDRADE, 2016, p. 15). Chegamos, enfim, à construção de um cenário de vias opostas, uma dicotomia em si, ao passo que para avançar e retirar a província da crise econômica que vigorava, a facilidade de interação com outras regiões tornava-se elemento crucial. Todavia, como observamos com o caso da cólera, este tipo de contato também trazia receios quanto a doenças e à violência, roubos e bandidagem, que poderiam afluir de outras regiões, como remonta Francisco Gleison Monteiro (2016, p. 132).

Chegamos ao último trecho a ser analisado, às linhas finais:

A força dos filhos do sol do equador está também nos seus registros literários, dos nossos grandes feitos e dos nossos heróis. A nação conheceu nossa gente por meio desses registros que mostravam e exaltavam nossas qualidades naturais, sociais e culturais. Portanto, alegre piauiense, tua história, conhecida nacionalmente, reflete quem tu és. (PIAÚÍ..., 2020).

Tal trecho pode ser observado como uma metáfora ao próprio texto, ao passo que destaca que a força do piauiense estaria também nos seus “registros literários”. Registros que, como a fonte e este trabalho, acabam por conformar uma imagem do espaço e povo da província piauiense. Entretanto, João Carlos de Freitas Borges e Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (2013) nos chamam a atenção para a construção, através desses próprios discursos literários, de uma espécie de “identidade indesejada”, ou como diriam os mesmos,

Nota-se que entre os enunciados de Abdias Neves, os primeiros de uma literatura sociológica sobre o Piauí (Cf. CASTELO BRANCO, 1942) e os de Nelson Rodrigues e Francisco Miguel de Moura foi se constituindo um complexo de enunciações que foram capazes de, historicamente, cristalizar certos conceitos sobre o “ser piauiense” tais como “tímido”, “humilde”, “pacato”, “apático”, “preguiçoso”, “passivo”, “indolente” e “fraco”. Para muitos, esses conceitos dizem precisamente o que é o piauiense, quando na verdade constituem enunciados que fazem com que uma piauiensidade possível aconteça dentre outras, ou seja, enunciados que força, o múltiplo a se revelar uno (BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013. p. 117).

Desse modo, retornamos à ideia de construção de uma identidade que, segundo nossos autores, se efetivou historicamente frente a tais discursos literários: não representa uma “força” em si mesma, mas um conjunto de representações malquistas ou “mal-ditas”, ante ao que seriam o Piauí e seus sujeitos. Isso nos leva, segundo eles, a movimentos recentes de construção e renovação de enunciados e discursos sobre o atual Estado do Piauí, comentados na própria abertura da obra:

Há alguns anos o piauiense vem sendo alvo de um esforço sistemático que visa, particularmente, a elevação de sua auto-estima. Tal esforço parece ter sido uma das principais pautas dos últimos governos do estado, mas também se apresenta de forma dispersa, como dispositivo constituinte de discursos proferidos por artistas, pela imprensa e por intelectuais preocupados com o tema. E na sua forma comum, se manifesta, prioritariamente, de forma ufanista produzindo imagens exageradas que beiram o mau-gosto, como é o caso de algumas iniciativas de personalidades públicas que divulgam sem nenhum constrangimento a ideia de que tudo o que é piauiense é melhor. (BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013. p. 112).

CONCLUSÃO

Tomando por base tais desígnios, podemos compreender nossa fonte como uma obra que se encaminha na esteira de um projeto ufanista pois, beirando o mau-gosto, de acordo com Borges e Cavalcante Júnior (2003, p. 112), por entre suas imprecisões históricas, acaba procurando exaltar “os filhos do sol do equador” (PIAUÍ..., 2020) através de uma visão deturpada do que seria a história piauiense. Visão esta, sobre a qual podemos concluir que, ao invés de produzir “heróis”, acaba por refletir e transparecer um sentimento oposto, intrínseco a sua escrita, de desânimo e busca pelo fim do estigma de rebaixamento histórico, de uma representação indesejada sobre si. De modo que, ao atravessarmos as diversas temáticas aqui discutidas e mencionadas, podemos enxergá-la, enfim, muito mais como um grito ou um pedido de socorro de um povo que, em paráfrase à cantiga popular, parece perguntar até o presente: “*meu boi morreu, o que será de mim?*” (NEVES; BAHIANO, 1916).

Dito de outro modo, a escrita deste trabalho se move enquanto movimento de (r)existência, ou seja, é tanto de *resistência*, pelo fato de ser uma defesa do ofício e de uma historiografia séria sobre a história do povo piauiense, como também se faz *existência*, ao negar inverdades e contradições, ao mesmo tempo que assume o peso de um estereótipo sobre seu povo e das marcas de uma estagnação econômica/social e que procura dar visibilidade a tais problemas através do uso de uma das principais armas do historiador, a escrita. Discursos como o visto no texto analisado são reforçados costumeiramente na contemporaneidade e faziam parte inclusive da postura de Jair

Messias Bolsonaro, quando em 2020, à época Presidente da República, aglutinou a pluralidade regional da região nordeste ao chamar os presentes de “governadores de Paraíba” (G1, 2021). Logo, a nossa tese central é movida pelos já históricos descrédito e estereótipo—de uma “identidade indesejada” piauiense (BORGES; CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 113), o que nos faz enxergar a fonte como produto de um professor, aluno, servidor da universidade que, em seu “ápice de fervor dos nervos” procurou, apressadamente, descuidadamente ou intencionalmente (não sabemos), contar uma outra versão da história piauiense e, assim, fustigar um sentimento de pertencimento/orgulho em meio aos ataques xenófobos que se multiplicam junto às posturas adotadas pelos atuais líderes políticos.

Tentativa essa que pelo título parece não ter sido a primeira, afinal neste contém-se o número “2”. Nesse ínterim, sob o exercício pedagógico proposto através da disciplina e a partir da construção de um discurso de exaltação da história piauiense, vemos os perigos não só das críticas sem anteparo histórico, mas também das próprias ideias de exaltação que, quando desligadas do arcabouço histórico, podem projetar e convencer os sujeitos em torno de um imaginário idílico do povo e da região. Esses valores incorretos e falsos também devem ser alvo da criticidade, que configura um exercício fundamental para a própria formação cidadã dos estudantes.

Assim, aprendemos ao longo deste estudo tanto mais sobre a história piauiense como também sobre o exercício educacional e histórico, de tal modo que, como reforça Le Goff, aprendemos que não podemos fazer papel de ingênuo diante das fontes. Na realidade, não “existe documento-verdade, todo documento é mentira para o historiador”, de forma que cabe a ele se perguntar “o que poderia ter sido? sob que objetivo o documento poderia ter sido produzido?” e assim desconfiar, procurar outros elementos que o auxiliem na construção de sua narrativa e, por conseguinte, no próprio entendimento da realidade em estudo (LE GOFF, 1966, p. 538).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. *Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX*. Teresina: UFPI, 2016. [Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2016].

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Nordestino: invenção do falo. Uma história do gênero masculino*. São Paulo: Intermeios, 2013b.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O inimigo vem do mar: cólera, medo e morte no litoral piauiense no final do século XIX. In: COSTA, Lucas Rafael

Santos; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (orgs.). *(Re)escritas plurais: história, historiografia e temporalidades*. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 79-103.

BOLSONARO ATACA NORDESTINOS: ‘Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão’, *G1*, 2020, Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/bolsonaro-ataca-nordestinos-daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-7779504.ghtml>. Acesso em: 25, maio, 2021.

BORGES, João Carlos de Freitas; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Construindo uma identidade indesejada: a cultura letrada e o malogro da piauiensidade. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de; SOUZA, Ítalo Cristiano Silva e (orgs.). *Olhares de Clio: cenários, sujeitos e experiências históricas*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 111-125.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. A “beleza do morto” ou um contra-inventário da cultura brasileira: experiências visuais do Nordeste em Inventários de um feudalismo cultural nordestino (1978) de Jomard Muniz de Britto. In: MORAIS, Marluce Lima de; SILVA, Jaison Castro (org.). *História, cultura visual e visualidades*. Teresina: IFPI; FAPEPI, 2020. p. 107-126.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista — Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 23-72.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p. 538.

LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 115-150.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. Homens livres na província do Piauí. In: “[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Recife: UFPE-PE, 2016. p. 88-147. (Tese de doutorado em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CFCH, 2016).

NEVES, Eduardo das; Bahiano. *O meu boi morreu*. Projeto Passado Musical: 1916. Analógico. Mono. Disco.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, [1999], 2005.

PIAUI, orgulho de sua história 2!. 2020.

ROCHA, Cleane Maria Alves. *Jovita Alves Feitosa: relações de gênero e presença feminina na Guerra contra o Paraguai (1864-1870)*. Teresina: UFPI, 2011. p. 34-83. (Monografia de Graduação em História).

LUZ, I.; SANTOS, R. dos.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 34. ed./3. imp. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. Haiti. Letra: Caetano Veloso. Música: Gilberto Gil. Encarte de CD: *Tropicália 2*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1993.